



Dezembro/2014

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

### Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - Área Apoio Especializado Especialidade: Tecnologia da Informação Telecomunicações

Nome do Candidato

Caderno de Prova '25', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 6.

A expressão “política indigenista” foi utilizada por muito tempo como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental que tivesse as populações indígenas como objeto. As diversas mudanças no campo do indigenismo nos últimos anos, no entanto, exigem que estabeleçamos uma definição mais precisa e menos ambígua do que seja a política indigenista.

Primeiramente temos como agentes principais os próprios povos indígenas, seus representantes e organizações. O amadurecimento progressivo do movimento indígena desde a década de 1970, e o conseqüente crescimento no número e diversidade de organizações nativas, dirigidas pelos próprios índios, sugere uma primeira distinção no campo indigenista: a “política indígena”, aquela protagonizada pelos próprios índios, não se confunde com a política indigenista e nem a ela está submetida. Entretanto, boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação na formulação e execução das políticas para os povos indígenas.

Numa segunda distinção, encontramos outros segmentos que interagem com os povos indígenas e que também, como eles, têm aumentado sua participação na formulação e execução de políticas indigenistas, antes atribuídas exclusivamente ao Estado brasileiro. Nesse conjunto encontramos principalmente as organizações não governamentais. Somam-se a este universo de agentes não indígenas as organizações religiosas que se relacionam com os povos indígenas em diversos campos de atuação.

Contemporaneamente, portanto, temos um quadro complexo no qual a política indigenista oficial (formulada e executada pelo Estado) tem sido formulada e implementada a partir de parcerias formais estabelecidas entre setores governamentais, organizações indígenas, organizações não governamentais e missões religiosas.

(Disponível em: [pib.socioambiental.org](http://pib.socioambiental.org). Acesso em 03/10/14. Com adaptações)

1. Depreende-se corretamente do texto que
- (A) a distinção entre a política indigenista e a política indígena está centrada no fato de que a primeira é implementada pelo Estado enquanto a segunda é colocada em prática pelos próprios índios.
- (B) a expressão política indigenista deixou de ser apropriada na medida em que uma diversidade de organizações nativas, dirigidas pelos próprios índios, passou a prevalecer sobre as práticas governamentais.
- (C) a tentativa de estabelecer uma definição menos ambígua do que seja a política indigenista mostrou-se inconclusa, dada a complexidade da situação atual em que a política indígena tem sido formulada.
- (D) os povos indígenas amadureceram nas últimas décadas, o que fez com que demandas antigas do movimento indígena, aquelas protagonizada[s] pelos próprios índios, fossem abandonadas.
- (E) os agentes não indígenas, apesar dos avanços atingidos desde a década de 1970, deixaram de pôr em prática diversos projetos que tratavam de interesses específicos dos índios, nos vários setores em que atuam.

2. Mantendo-se a correção, o verbo que pode ser flexionado no singular, sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, está sublinhado em
- (A) ... que interagem com os povos indígenas... (3º parágrafo)
- (B) As diversas mudanças no campo do indigenismo [...] exigem que estabeleçamos uma definição mais precisa... (1º parágrafo)
- (C) ...boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação... (2º parágrafo)
- (D) ...têm aumentado sua participação na formulação... (3º parágrafo)
- (E) Somam-se a este universo de agentes não indígenas as organizações religiosas ... (3º parágrafo)

3. Considere as afirmações:
- I. O pronome destacado em ...e **que** também... (3º parágrafo) refere-se a outros segmentos.
- II. Ambos os pronomes *aquela* e *ela* (2º parágrafo) referem-se à expressão “política indígena”.
- III. O pronome destacado em ...**como eles**, têm aumentado... (3º parágrafo) refere-se a povos indígenas.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III.

4. A expressão “política indigenista” foi utilizada por muito tempo como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental que...
- Transpondo-se a frase acima para a voz passiva sintética, a forma verbal resultante será
- (A) utilizaram-se.
- (B) utiliza-se.
- (C) utilizaram.
- (D) utilizou-se.
- (E) utilizamos.

5. Mantendo-se a correção e o sentido, sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase, substitui-se corretamente
- (A) “Entretanto” por “Embora” em *Entretanto, boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm...* (2º parágrafo)
- (B) “no entanto” por “todavia” em *As diversas mudanças no campo do indigenismo nos últimos anos, no entanto, exigem que estabeleçamos...* (1º parágrafo)
- (C) “portanto” por “por certo” em *Contemporaneamente, portanto, temos...* (4º parágrafo)
- (D) “no qual” por “cuja” em *temos um quadro complexo no qual a política indigenista oficial...* (4º parágrafo)
- (E) “a partir de” por “acerca de” em *a partir de parcerias formais estabelecidas entre setores governamentais, organizações indígenas...* (4º parágrafo)



6. A frase que se mantém correta após a inserção de uma ou mais vírgulas, sem prejuízo do sentido original, está em:
- (A) *Entretanto, boa parte das organizações, e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação na formulação e execução das políticas para os povos indígenas.*
- (B) *A expressão “política indigenista” foi utilizada, por muito tempo, como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental, que tivesse as populações indígenas como objeto.*
- (C) *Nesse conjunto, encontramos, principalmente as organizações não governamentais.*
- (D) *Somam-se a este universo de agentes não indígenas, as organizações religiosas que se relacionam com os povos indígenas, em diversos campos de atuação.*
- (E) *Primeiramente, temos como agentes principais os próprios povos indígenas, seus representantes e organizações.*

**Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões de números 7 a 18.

*Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos sociais, seu significado sofreu profundas alterações no decorrer da história. Apesar das mudanças, um símbolo atravessou os séculos – a deusa Têmis –, imponente figura feminina, com os olhos vendados e carregando em uma das mãos uma balança e na outra uma espada. Poucas divindades da mitologia grega sobreviveram tanto tempo. Poucos deixariam de reconhecer na imagem o símbolo da justiça.*

*A persistência da representação esconde, contudo, importantes mudanças que ocorreram da Antiguidade grega até nossos dias. Tanto os direitos quanto a justiça sofreram grandes transformações.*

*A moderna ideia de justiça e de direito é inerente ao conceito de indivíduo, um ente que tem valor em si mesmo, dotado de direitos naturais. Tal doutrina se contrapõe a uma concepção orgânica, segundo a qual a sociedade é um todo.*

*A liberdade, nesse novo paradigma, deixa de ser uma concessão ou uma característica de uma camada social e converte-se em um atributo do próprio homem.*

*A crença de que os direitos do homem correspondiam a uma qualidade intrínseca ao próprio homem implicou enquadrar a justiça em um novo paradigma. O justo não é mais correspondente à função designada no corpo social, mas é um bem individual, identificado com a felicidade, com os direitos inatos.*

*Da igualdade nos direitos naturais derivava-se não só a liberdade, mas também as possibilidades de questionar a desigualdade entre os indivíduos, de definir o tipo de organização social e o direito à resistência. Toda e qualquer desigualdade passa a ser entendida como uma desigualdade provocada pelo arranjo social. Nesse paradigma, a sociedade e o Estado não são fenômenos dados, mas engendrados pelo homem. A desigualdade e o poder ilimitado deixam, pois, de ser justificados como decorrentes da ordem natural das coisas. À lei igual para todos incorpora-se o princípio de que desiguais devem ser tratados de forma desigual. Cresce a força de movimentos segundo os quais a lei, para cumprir suas funções, deve ser desigual para indivíduos que são desiguais na vida real.*

*Nesse novo contexto, modifica-se o perfil do poder público. O judiciário, segundo tais parâmetros, representa uma força de emancipação. É a instituição pública encarregada, por excelência, de fazer com que os preceitos da igualdade prevaleçam na realidade concreta. Assim, os supostos da modernidade, particularmente a liberdade e a igualdade, dependem, para se materializarem, da força do Judiciário, de um lado, e do acesso à justiça, das possibilidades reais de se ingressar em tribunais, de outro.*

*Para terminar, volto à deusa Têmis, que enfrentava no Olimpo o deus da guerra, Ares. Naquele tempo, como hoje, duas armas se enfrentam: a violência, que destrói e vive da desigualdade, e a lei, que constrói e busca a igualdade.*

(Adaptado de SADEK, Maria Tereza Aina. “Justiça e direitos: a construção da igualdade”. In: Agenda Brasileira. São Paulo, Cia. das Letras, 2011, p. 326-333.)

7. Depreende-se corretamente do texto:

- (A) o direito à felicidade e à liberdade, embora constitutivos do homem, foram formalmente usurpados na modernidade, a despeito do fato de que durante a Antiguidade tais direitos eram compreendidos como inerentes ao corpo social.
- (B) dada a persistência da imagem da deusa Têmis como símbolo da justiça ao longo dos séculos, ocorreram transformações importantes nos direitos do homem da Antiguidade grega até os dias de hoje.
- (C) a evocação da batalha da deusa Têmis contra o deus Ares vem corroborar uma das ideias defendidas no texto, qual seja, a de que, para se materializar, na atualidade a justiça deve ser um instrumento de combate à desigualdade social.
- (D) o judiciário, cuja função na modernidade é consolidar equanimemente as demandas de diversos grupos sociais, configura-se como a instituição encarregada de fazer com que os princípios da liberdade e da igualdade subsistam na realidade concreta.
- (E) a sociedade orgânica, na qual a liberdade individual era restrita a alguns estratos sociais, paradoxalmente resultou no fortalecimento de movimentos sociais segundo os quais a lei, para cumprir suas funções, deveria ser igual para todos os indivíduos.

8. Identifica-se uma causa e seu efeito, respectivamente, nos segmentos que se encontram em:

- (A) *A crença de que os direitos do homem correspondiam a uma qualidade intrínseca ao próprio homem / implicou enquadrar a justiça em um novo paradigma.*
- (B) *Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos sociais / seu significado sofreu profundas alterações no decorrer da história.*
- (C) *Apesar das mudanças / um símbolo atravessou os séculos – a deusa Têmis ...*
- (D) *À lei igual para todos / incorpora-se o princípio de que desiguais devem ser tratados de forma desigual.*
- (E) *... para cumprir suas funções / deve ser desigual para indivíduos ...*



<p>9. De acordo com o texto, a noção de que a sociedade não é “um fenômeno dado” deve-se, entre outras razões,</p> <p>(A) à força emancipatória de movimentos sociais originados na Antiguidade.</p> <p>(B) à crença de que os direitos do homem são inerentes ao próprio homem.</p> <p>(C) à possibilidade concreta de todo cidadão comum ingressar em tribunais.</p> <p>(D) ao fato de que a felicidade coletiva passou a ser vista como um direito social.</p> <p>(E) ao malogro dos dispositivos sociais para extinguir a desigualdade.</p>	<p>14. A respeito da pontuação do texto, considere:</p> <p>I. Sem prejuízo da correção e do sentido, uma vírgula pode ser inserida imediatamente após <i>lei</i>, no segmento <i>À lei igual para todos</i> (6º parágrafo).</p> <p>II. Mantendo-se a correção e o sentido, uma pontuação alternativa para um segmento do texto é: <i>um símbolo atravessou os séculos: a deusa Têmis, imponente figura feminina, com os olhos vendados e carregando, em uma das mãos, uma balança e, na outra, uma espada...</i> (1º parágrafo).</p> <p>III. Sem prejuízo da correção, a vírgula empregada imediatamente após <i>individual</i>, no segmento <i>...mas é um bem individual, identificado com a felicidade, com os direitos inatos</i>, pode ser suprimida. (5º parágrafo)</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em:</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>10. <i>Tal doutrina se contrapunha a uma concepção orgânica...</i></p> <p>O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o da frase acima encontra-se sublinhado em:</p> <p>(A) <i>Poucos <u>deixariam</u> de reconhecer na imagem...</i></p> <p>(B) <i>Poucas divindades da mitologia grega <u>sobreviveram</u> tanto tempo.</i></p> <p>(C) <i>...e <u>converte-se</u> em um atributo do próprio homem.</i></p> <p>(D) <i>... para se <u>materializarem</u>...</i></p> <p>(E) <i>...que <u>enfrentava</u> no Olimpo o deus da guerra, Ares.</i></p>	<p>15. <i>...os supostos da modernidade (...) <u>dependem</u>, para se materializarem, da força do Judiciário...</i></p> <p>O verbo que possui, no contexto, o mesmo tipo de complemento que o sublinhado acima está empregado em:</p> <p>(A) <i>...os preceitos da igualdade prevaleçam na realidade concreta.</i></p> <p>(B) <i>...carregando em uma das mãos uma balança...</i></p> <p>(C) <i>O justo não é mais correspondente à função...</i></p> <p>(D) <i>... e vive da desigualdade...</i></p> <p>(E) <i>... que ocorreram da Antiguidade grega até nossos dias.</i></p>
<p>11. Sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, o sinal indicativo de crase deverá ser mantido caso se substitua o elemento sublinhado pelo que se encontra entre parênteses em:</p> <p>(A) <i>O justo não é mais correspondente à <u>função designada</u> no corpo social... (atividades exercidas)</i></p> <p>(B) <i>À lei igual para todos <u>incorpora-se</u> o princípio de que... (integra-se)</i></p> <p>(C) <i>...e o direito à <u>resistência</u>. (resistir)</i></p> <p>(D) <i>...e do acesso à <u>justiça</u>... (tribunais)</i></p> <p>(E) <i>Para terminar, <u>volta</u> à deusa Têmis... (evoco)</i></p>	<p>16. Identifica-se ideia de <b>comparação</b> no segmento que se encontra em:</p> <p>(A) <i>Assim, os supostos da modernidade...</i></p> <p>(B) <i>... não só a liberdade, mas também as possibilidades de...</i></p> <p>(C) <i>Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos...</i></p> <p>(D) <i>A persistência da representação esconde, contudo, importantes mudanças...</i></p> <p>(E) <i>... para indivíduos que são desiguais na vida real.</i></p>
<p>12. <i>...que enfrentava no Olimpo o deus da guerra... ...questionar <u>a desigualdade</u> entre os indivíduos... ...um símbolo atravessou <u>os séculos</u>...</i></p> <p>Fazendo-se as alterações necessárias, os segmentos sublinhados acima foram corretamente substituídos por um pronome, na ordem dada, em:</p> <p>(A) o enfrentava – questionar-lhe – atravessou-lhes</p> <p>(B) enfrentava-lhe – a questionar – os atravessou</p> <p>(C) lhe enfrentava – a questionar – lhes atravessou</p> <p>(D) o enfrentava – questioná-la – atravessou-os</p> <p>(E) enfrentava-lhe – questioná-la – os atravessou</p>	<p>17. O segmento em que se restringe o sentido do termo imediatamente anterior encontra-se em</p> <p>(A) <i>...imponente figura feminina... (1º parágrafo)</i></p> <p>(B) <i>...particularmente a liberdade e a igualdade... (7º parágrafo)</i></p> <p>(C) <i>...que enfrentava no Olimpo o deus da guerra... (8º parágrafo)</i></p> <p>(D) <i>... que constrói e busca a igualdade. (8º parágrafo)</i></p> <p>(E) <i>...que tem valor em si mesmo... (3º parágrafo)</i></p>
<p>13. <i>A desigualdade e o poder ilimitado deixam, <u>pois</u>, de ser justificados como decorrentes da ordem natural das coisas.</i></p> <p>O item sublinhado acima estabelece no contexto noção de</p> <p>(A) conclusão.</p> <p>(B) finalidade.</p> <p>(C) causa.</p> <p>(D) temporalidade.</p> <p>(E) concessão.</p>	



18. Está correta a **redação** do comentário que se encontra em
- (A) Historicamente, o processo de ampliação dos direitos que compõe a cidadania representou uma redução nos níveis de exclusão social.
- (B) Perante a lei, todos usufruem de igual direito à segurança, à propriedade, à não ser condenado sem o devido processo legal etc.
- (C) Um dos mais importantes efeitos da incorporação de direitos na sociedade é a redução da distância entre indivíduos.
- (D) Concebida nos séculos XVII e XVIII, a doutrina dos direitos dos homens amalga-se à declaração de independência dos Estados Unidos.
- (E) Os direitos sociais tem por objetivo um padrão mínimo de igualdade no que se referem ao usufruto dos bens coletivos.

#### Noções de Direito Constitucional

19. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:
- (A) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato que depende de autorização do Poder Público na forma da lei, inclusive no que se refere ao registro no órgão competente.
- (B) é permitida a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
- (C) a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, desde que não exista contribuição análoga prevista em lei para a categoria.
- (D) o aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- (E) é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

20. A teor do art. 70 da Constituição Federal: *Prestará contas qualquer pessoa .I., que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre .II. ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.*

Completam, correta e respectivamente, as lacunas I e II:

- (A) *jurídica pública – dinheiros e bens públicos*
- (B) *física ou jurídica, pública ou privada – bens e valores públicos*
- (C) *física ou jurídica, pública ou privada – dinheiros e bens públicos*
- (D) *jurídica pública – bens e valores públicos*
- (E) *física ou jurídica, pública ou privada – dinheiros, bens e valores públicos*

21. Nos termos da Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República:

- I. declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas.
- II. decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas.
- III. celebrar a paz, independentemente de autorização ou referendo do Congresso Nacional.

Está correto o que consta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

22. Na estrutura do Poder Judiciário brasileiro há um Tribunal

- (A) Regional do Trabalho em cada Estado.
- (B) Regional Federal em cada uma das cinco Regiões brasileiras.
- (C) Regional Eleitoral em cada uma das cinco Regiões brasileiras.
- (D) de Justiça organizado e mantido pela União para o Distrito Federal e Territórios.
- (E) de Justiça Militar em cada Estado da Federação com mais de duzentos mil habitantes.

#### Noções de Direito Administrativo

23. Quando se afirma que determinado ato administrativo regularmente editado e válido é dotado do atributo da autoexecutoriedade, significa que

- (A) seu cumprimento é obrigatório, constituindo expressão do poder de império da Administração, o que obsta questionamentos por parte dos administrados.
- (B) sua execução somente pode ser questionada na esfera judicial, vedado o estabelecimento de contraditório na esfera administrativa.
- (C) a Administração pública o editou com base em ato normativo de competência do Executivo, diante da ausência de previsão legal a respeito do assunto.
- (D) sua execução material pode ser colocada em prática pela própria Administração pública, independentemente de prévia autorização ou determinação judicial.
- (E) sua exigibilidade decorre do próprio ato, ressalvada a execução material, que depende de prévia provocação do Poder Judiciário.



<p>24. Determinado órgão público celebrou contrato de locação de imóvel para instalar sua repartição em Tartarugalzinho. O locador exigiu que o prazo de vigência fosse fixado em 60 (sessenta) meses, na forma do que dispõe a legislação civil aplicável. O administrador, contudo, inicialmente não acatou o pedido, recordando-se da norma contida na Lei nº 8.666/93 que limita a duração dos contratos à vigência dos créditos orçamentários. A preocupação do administrador, invocando a referida norma,</p> <p>(A) procede, tendo em vista que os contratos celebrados pela Administração pública não podem exceder a vigência dos créditos orçamentários.</p> <p>(B) não procede, na medida em que a lei de licitações excepcionou as locações da incidência da norma que limita o prazo de vigência dos contratos.</p> <p>(C) não procede, sendo necessário, todavia, prévia e expressa autorização normativa para a aprovação de prazo superior ao estabelecido pela Lei nº 8.666/93.</p> <p>(D) procede, tendo em vista que os contratos administrativos não podem exceder o exercício e a vigência dos respectivos créditos orçamentários, salvo diante da demonstração de interesse público e da inexistência de prejuízo.</p> <p>(E) não procede, tendo em vista que se trata de contrato administrativo de execução continuada, para os quais não se aplica a limitação de vigência à qual aludiu o administrador.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Resolução nº 006/2003 – TJAP</b></p> <p>27. A Secção Única e a Câmara Única fazem parte da organização e funcionamento do Tribunal de Justiça do Amapá – TJAP e são presididas pelo</p> <p>(A) Presidente do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(B) Vice-Presidente do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(C) Corregedor-Geral do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(D) Presidente do Conselho da Magistratura do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(E) Presidente do Conselho Superior dos Juizados Especiais ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p>
<p>25. Diante da assunção de nova gestão ao Governo Estadual, foi regularmente criada uma Secretaria de Estado voltada as questões de natureza agrária e fundiária, com vistas, em especial, ao equacionamento de conflitos. Para composição do quadro de servidores que atuarão no órgão, a Administração pública, considerando as alternativas juridicamente possíveis,</p> <p>(A) poderá constituir o órgão integralmente por cargos de confiança em comissão, de livre nomeação e exoneração, independentemente da natureza das atividades a serem desenvolvidas.</p> <p>(B) poderá realizar concurso público para provimento de cargos comissionados ou empregos públicos.</p> <p>(C) deverá realizar concurso público para provimento de servidores públicos estatutários em cargos efetivos.</p> <p>(D) deverá realizar concurso público para seleção de empregados estatutários, submetidos a regime próprio de previdência.</p> <p>(E) poderá realizar concurso para provimento de cargos efetivos, reduzindo-se o período de estágio probatório em razão de se tratar de órgão novo.</p>	<p>28. A competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança e <i>habeas data</i>, quando a autoridade informante for Juiz de Direito, é</p> <p>(A) do Plenário do Tribunal.</p> <p>(B) da Câmara Única do Tribunal.</p> <p>(C) da Secção Única do Tribunal.</p> <p>(D) do Presidente do Tribunal.</p> <p>(E) do Corregedor-Geral do Tribunal.</p>
<p>26. Joaquim é diretor de uma empreiteira, tendo sido apurado em regular investigação que ele vinha gratificando servidores públicos para obtenção de informações privilegiadas que viabilizavam o sucesso da empresa nas licitações das quais participava. Diante desse quadro, especificamente no que se refere à atuação de Joaquim,</p> <p>(A) pode haver responsabilização por ato de improbidade, independentemente de imputação em outras esferas, tendo em vista que se equipara a agente público para os fins legais.</p> <p>(B) pode haver responsabilização por infração penal que, pela gravidade, absorve todos os demais ilícitos praticados.</p> <p>(C) não pode haver responsabilização por ato de improbidade, tendo em vista que seu cargo não se equipara a agente público para fins legais, não obstante possa haver imputação de ilícito em outras esferas.</p> <p>(D) não pode ser responsabilizado, na medida em que somente a servidores públicos pode ser imputada a prática de ato de improbidade, durante o desenvolvimento de procedimentos regidos pelo direito público.</p> <p>(E) pode haver responsabilização por improbidade que, se procedente, vinculará a condenação em todas as demais esferas.</p>	<p>29. Após o exame do processo pelo relator e lançado o relatório nos autos, haverá revisão por outro Desembargador. Essa fase NÃO ocorre no caso de</p> <p>(A) questão de ordem.</p> <p>(B) revisão criminal.</p> <p>(C) embargos infringentes.</p> <p>(D) apelação cível.</p> <p>(E) ação rescisória.</p> <p>30. Na ocorrência de inexistência de norma regulamentadora estadual ou municipal de qualquer dos Poderes, inclusive na Administração indireta, que torne inviável o exercício de direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, caberá</p> <p>(A) suscitação de conflito de competência.</p> <p>(B) mandado de segurança.</p> <p>(C) <i>habeas data</i>.</p> <p>(D) ação rescisória.</p> <p>(E) mandado de injunção.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Uma topologia de rede muito utilizada atualmente é baseada em cabos de par trançado, conectados a um concentrador que atua como ponto central dessa rede. O tipo de topologia empregado nessas redes é denominado
- (A) estrela.  
(B) árvore.  
(C) barramento.  
(D) anel.  
(E) ponto-a-ponto.
32. Em redes locais de computadores, um dos equipamentos utilizados com a função de encaminhar pacotes de dados entre redes de computadores, é denominado
- (A) *bridge*.  
(B) roteador.  
(C) comutador.  
(D) *hub*.  
(E) *switch*.
33. Em relação à *Gigabit Ethernet*, a tecnologia que utiliza os mesmos cabos de par trançados, categoria CAT5, utilizados nas redes de 100 Mb/s atuais, é denominada
- (A) 1000BASE-CX.  
(B) 1000BASE-LX.  
(C) 1000BASE-SX.  
(D) 1000BASE-TX.  
(E) 1000BASE-T.
34. No modelo de referência OSI, a camada que está relacionada com a sintaxe e a semântica das informações transmitidas é a camada de
- (A) aplicação.  
(B) apresentação.  
(C) rede.  
(D) seção.  
(E) transporte.
35. O modelo de referência TCP/IP possui quatro camadas. Comparando-o com o modelo de referência OSI, a camada inter-rede, ou internet, do modelo TCP/IP tem funções similares
- (A) à camada de Seção do modelo OSI.  
(B) à camada de Transporte do modelo OSI.  
(C) à camada de Rede do modelo OSI.  
(D) às camadas Física e de Enlace do modelo OSI.  
(E) às camadas de Apresentação e de Aplicação do modelo OSI.
36. Em relação aos nomes de domínios na internet, os nomes de componentes podem ter até
- (A) 63 caracteres.  
(B) 15 caracteres.  
(C) 31 caracteres.  
(D) 7 caracteres.  
(E) 127 caracteres.
37. O protocolo HTTPS (*HyperText Transfer Protocol Secure*) é uma implementação elaborada a partir do protocolo HTTP, na qual se incorporou uma camada de segurança. O protocolo de segurança originalmente utilizado nessa camada é o
- (A) POP3 (*Post Office Protocol*).  
(B) SMTP (*Simple Mail Transfer Protocol*).  
(C) IMAP (*Internet Message Access Protocol*).  
(D) SSL (*Secure Sockets Layer*).  
(E) SSH (*Secure Shell*).
38. O protocolo SNMP (*Simple Network Management Protocol*), que faz parte dos protocolos da Internet, é destinado
- (A) ao envio de e-mails por meio da internet.  
(B) à transferência de arquivos na internet.  
(C) ao gerenciamento de dispositivos presentes em redes IP.  
(D) ao gerenciamento de correio eletrônico na internet.  
(E) à comunicação baseada em texto interativo.
39. Uma versão simplificada da pilha de protocolos do modelo OSI é a pilha de protocolos TCP/IP, que possui 4 camadas. Ela é centrada nos protocolos TCP e IP, que pertencem, respectivamente, às camadas
- (A) 4 e 2.  
(B) 2 e 3.  
(C) 4 e 3.  
(D) 3 e 4.  
(E) 3 e 2.
40. Dentre os diversos protocolos da pilha TCP/IP, existe o ICMP (*Internet Control Message Protocol*), que pertence à camada de
- (A) aplicação, e utiliza os serviços UDP para enviar mensagens sobre o estado de funcionamento do roteador.  
(B) rede, e é utilizado para enviar mensagens de erro, como a não disponibilidade de rota para a requisição.  
(C) transporte, e se destina à troca de mensagens de estado entre os dispositivos de rede para o funcionamento do TCP.  
(D) rede, e é utilizado para os serviços de verificação do estado da rede, como o *ping*.  
(E) aplicação, e se destina ao envio das mensagens entre roteadores para o serviço de *traceroute*.
41. O padrão de endereçamento IP estabelece Classes de Endereços, de acordo com a dimensão da rede a qual pertence o endereço. Uma rede local de pequena dimensão pode utilizar endereços Classe C, na qual um exemplo válido é
- (A) 240.192.102.10.  
(B) 120.212.107.4.  
(C) 10.10.201.100.  
(D) 200.192.050.1.  
(E) 190.202.100.10.



42. O Analista de T.I., responsável pela administração da rede local de computadores de uma das comarcas do Tribunal deseja criar sub-redes IP para subdividir logicamente a rede e melhorar o seu desempenho. Para isso, ele utilizou a máscara de sub-rede 255.255.255.192. Com essa configuração, é correto afirmar que, cada sub-rede comportará um número de *hosts* de, no máximo,
- (A) 62.  
(B) 16.  
(C) 32.  
(D) 126.  
(E) 8.
43. Originalmente, o padrão IEEE 802 foi proposto para que pudesse haver priorização de pacotes, de acordo com o tipo de informação transportado, mas essa característica nunca foi efetivamente implementada. Devido à crescente necessidade de melhoria na qualidade de serviço de comunicação de dados, foi proposto o IEEE 802.1p, que estabelece uma prioridade, por meio de um código, inserido no *Frame Ethernet*, com tamanho, em *bits*, de
- (A) 16.  
(B) 7.  
(C) 3.  
(D) 4.  
(E) 32.
44. O MPLS (*Multiprotocol Label Switching*) é um protocolo de roteamento baseado em pacotes rotulados, e que possui algumas vantagens com relação ao processo de roteamento IP. Uma das características do MPLS é
- (A) que a análise do cabeçalho da camada de rede do pacote é realizada em cada roteador para a escolha da melhor rota.  
(B) o encaminhamento de pacotes de maior prioridade apenas pela rede de maior velocidade, como a ATM.  
(C) a utilização sempre de rotas com menor tempo de transmissão, o que lhe confere maior desempenho.  
(D) que o encaminhamento dos pacotes poder ser realizado apenas por comutadores no lugar de roteadores.  
(E) a utilização de apenas rotas com roteadores de alto desempenho, para não prejudicar a qualidade de serviço fim a fim.
45. O RIP (*Routing Information Protocol*) e o OSPF (*Open Shortest Path First*) são protocolos de roteamento interior de Sistemas Autônomos. Comparativamente, o OSPF
- (A) opera apenas em redes contíguas e o RIP, em redes não contíguas.  
(B) apresenta menor tempo de convergência que o RIP.  
(C) utiliza *Broadcast* para o envio das tabelas e o RIP *Multicast*.  
(D) propaga tabelas inteiras e o RIP, apenas as atualizações.  
(E) utiliza o algoritmo Vetor distância e o RIP, o número de saltos.
46. A rede de telefonia fixa é a rede de comunicação de maior capilaridade do planeta. Nessa rede, uma das principais características é que
- (A) a tarifação é feita por meio da medida do volume de dados transmitido.  
(B) os sinais que carregam a informação de voz são codificados digitalmente.  
(C) a comunicação é realizada por meio da comutação de circuitos.  
(D) os sistemas de gerenciamento da rede utilizam os protocolos SIP.  
(E) a banda passante do meio físico é semelhante à da rede cabeada Ethernet.
47. A rede de telefonia fixa foi criada com o objetivo de realizar o transporte da voz humana. Assim, a largura de banda dos enlaces que conectam os terminais dos clientes com a central telefônica é padronizada entre
- (A) 300 Hz e 23.000 Hz.  
(B) 100 Hz e 2.400 Hz.  
(C) 200 Hz e 22.000 Hz.  
(D) 100 Hz e 10.000 Hz.  
(E) 300 Hz e 3.400 Hz.
48. O GSM (*Global System for Mobile Communications*), sistema originário da Europa, possui o serviço de SMS (*Short Message Service*), pelo qual podem ser enviadas e recebidas mensagens de texto. Uma mensagem no GSM pode ter até
- (A) 240 bytes.  
(B) 160 bytes.  
(C) 120 bytes.  
(D) 180 bytes.  
(E) 280 bytes.
49. O serviço VoIP (*Voice over IP*) possibilita que a comunicação por voz seja realizada por meio da rede de dados, como a internet. Dentre os diversos protocolos utilizados para o funcionamento do VoIP, o protocolo da camada de Aplicação do modelo TCP/IP utilizado para o transporte dos pacotes com áudio é o
- (A) RTP.  
(B) UDP.  
(C) SCTP.  
(D) RTCP.  
(E) TCP.
50. O protocolo SIP (*Session Initiation Protocol*) é utilizado para gerenciar a comunicação multimídia por meio da rede IP. Dentre as mensagens SIP, o método utilizado para iniciar uma sessão é o
- (A) REQUEST.  
(B) INIT.  
(C) REGISTER.  
(D) INVITE.  
(E) CALL.





51. Uma equipe está reunida para avaliar melhorias nos serviços de TI, cumprindo com práticas recomendadas para o estágio de Melhoria Contínua de Serviço da ITIL V3. É produto desse trabalho, o
- (A) Funil de Serviços (*Service Pipeline – SPL*).
  - (B) Pacote de Desenho dos Serviços (*Service Design Package – SDP*).
  - (C) Objetivo do Serviço de Manutenção (*Service Maintenance Objective – SMO*).
  - (D) Pacote de Serviços (*Service Package*).
  - (E) Plano de Melhoria de Serviços (*Service Improvement Plan – SIP*).
- 
52. Um operador de um Centro de Processamento de Dados executou um programa de computador antes do momento previsto, criando defeitos nos relatórios impressos gerados por tal programa de aplicação. Segundo os princípios da ITIL V.3, o operador cometeu ou criou
- (A) um erro.
  - (B) um incidente.
  - (C) um problema.
  - (D) uma configuração.
  - (E) uma mudança.
- 
53. Segundo a ITIL V3, a comunicação de usuários, clientes e fornecedores com o provedor de serviços de TI é mais intensa e a percepção da efetiva qualidade do serviço prestado é maior no estágio de
- (A) Estratégia de Serviço.
  - (B) Desenho de Serviço.
  - (C) Transição de Serviço.
  - (D) Operação de Serviço.
  - (E) Melhoria Contínua de Serviço.
- 
54. Uma entidade do Governo que está seguindo as práticas estabelecidas no COBIT 4.1 reconheceu que existem questões que precisam ser trabalhadas para melhoria da governança. Apesar desse reconhecimento, a realidade da entidade demonstra que não existe um processo padronizado, pelo contrário, existem práticas de trabalho que tendem a ser aplicadas caso a caso, com gerenciamento desorganizado. Essa entidade se encontra no nível de maturidade
- (A) 3 – Processo Definido.
  - (B) 5 – Otimizado.
  - (C) 1 – Inicial / *Ad hoc*.
  - (D) 4 – Gerenciado e Mensurável.
  - (E) 2 – Repetível.
- 
55. Uma equipe de Segurança da Informação está realizando o processo avaliar e gerenciar os riscos, definido pelo COBIT 4.1, observando aquilo que pode comprometer a proteção dos ativos de TI. Esse processo está relacionado com o domínio da governança:
- (A) adquirir e implementar.
  - (B) monitorar e avaliar.
  - (C) entregar e suportar.
  - (D) planejar e organizar.
  - (E) alinhar e comprometer.
- 
56. Um órgão que não possui um planejamento estratégico documentado planeja adquirir soluções de TI. Ele é integrante do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática – SISF do Poder Executivo Federal, e está sujeito à Instrução Normativa nº 04 de 2010. Nesse caso, o órgão
- (A) não pode realizar as aquisições, pois o planejamento estratégico que deve ser desenvolvido a cada três anos e deve ser revisado em igual período, é instrumento fundamental para liberar recursos financeiros para a contratação de soluções de TI.
  - (B) pode realizar as aquisições sem restrições, uma vez que essa modalidade de compras é tratada como exceção na IN 04/2010.
  - (C) pode realizar as aquisições utilizando o documento de planejamento existente no órgão ou entidade, a exemplo do Plano Plurianual ou instrumento equivalente, registrando no PDTI a ausência do planejamento estratégico do órgão e indicando os documentos utilizados.
  - (D) pode realizar as aquisições sem necessidade de planejamento, desde que sejam garantidos os critérios de aceitação das soluções adquiridas, através de ações de inspeção pelo fiscal técnico do contrato.
  - (E) pode realizar as aquisições, porém, a execução da contratação terá início com o recebimento pela área de oficialização de demanda do Documento de Oficialização da Demanda, a cargo da área responsável pela fiscalização técnica.



57. Um órgão sujeito à Instrução Normativa N<sup>o</sup> 04 de 2010 pretende contratar duas soluções diferentes de TI em um mesmo contrato, em razão das duas pertencerem ao mesmo fornecedor. Esse procedimento é
- (A) correto, pois as múltiplas contratações garantem o princípio do melhor aproveitamento do orçamento planejado.
  - (B) incorreto, pois não poderão ser objeto de contratação mais de uma solução de TI em um único contrato.
  - (C) incorreto, caso não trate de contratação de serviços de gerenciamento de processos de TI.
  - (D) correto, desde que sejam várias soluções de um único fornecedor.
  - (E) correto, pois as múltiplas contratações garantem o princípio do gasto público dentro do limite do possível.
- 
58. Um gerente de projetos defende que as principais atenções sejam voltadas para a administração de fatores relacionados à restrição tripla (escopo, prazo e custo) do projeto. De acordo com o PMBoK V.4,
- (A) qualquer modificação que possa ocorrer em qualquer um desses fatores, afetará pelo menos um outro fator e, como consequência, afetará diretamente a qualidade do projeto.
  - (B) todos esses fatores afetam os processos de gerenciamento de aquisições e são as aquisições que realmente comprometem a qualidade da entrega final do projeto.
  - (C) esses fatores têm em comum o fato de serem influenciados pelo gerenciamento de recursos humanos, o qual deveria ser o foco principal do gerente de projetos.
  - (D) esses fatores têm em comum o fato de serem influenciados pelo gerenciamento de comunicação, o qual deveria ser o foco principal do gerente de projetos.
  - (E) esses fatores têm em comum o fato de serem influenciados pelo gerenciamento das partes interessadas, as quais são as reais responsáveis pela definição de escopo, prazo e custo, devendo ser o foco do gerente de projetos.
- 
59. Segundo o PMBoK V.4, NÃO são entradas do processo de planejamento de projeto,
- (A) as restrições impostas pela entidade quanto aos recursos humanos disponíveis, prazo e orçamento.
  - (B) as metodologias de documentação de projeto e controle de versões de planos gerados.
  - (C) os registros dos desempenhos de projetos históricos e as informações de planejamento das diversas áreas de conhecimento do PMBoK.
  - (D) as premissas que assumem que determinados acontecimentos e entregas de projeto ocorrerão dentro de certas metas, com algum grau de risco.
  - (E) as políticas organizacionais que definem regras de conduta gerencial e reporte.
- 
60. O PMBoK V.4 determina a aplicação de um sistema de controle de mudanças em projetos. Esse sistema é definido no PMBoK como um
- (A) conjunto de procedimentos formais documentados que determina a forma de comunicar uma mudança realizada em um projeto por decisão do gerente de projetos.
  - (B) sistema de apoio à decisão baseado em *software* que permite simular impactos de mudanças antes da realização.
  - (C) sistema de informação baseado em *software* que permite a colaboração entre partes interessadas do projeto que definem mudanças.
  - (D) *software* e banco de dados que contêm detalhes das mudanças planejadas e realizadas ao longo do projeto.
  - (E) conjunto de procedimentos formais documentados que define os passos para a avaliação, aprovação e controle de impacto de mudanças.